



ATOS

PROVIMENTO CCIN.º 11/2012

Cria a Central de Cumprimento de Mandados da comarca de Irecê, ao tempo em que define suas diretrizes básicas de estruturação e funcionamento.

DJE nº 810 de 02 de outubro de 2012

PROVIMENTO CCI N.º 12/2012

Cria a Central de Cumprimento de Mandados da comarca de Barreiras, ao tempo em que define suas diretrizes básicas de estruturação e funcionamento.

DJE nº 810 de 02 de outubro de 2012

PROVIMENTO CONJUNTO CGJ/CCI N.º 10/2012

Altera o art. 1º, do Provimento Conjunto nº 09/2012-CGJ-CCI, para incluir a Vara de Família e Sucessões na relação das Unidades Judiciárias objeto da regulamentação da expedição de alvarás.

DJE nº 812 de 04 de outubro de 2012

PROVIMENTO CONJUNTO CGJ/CCIN.º 11/2012

Reedita, com alterações, o PROVIMENTO 02/2010, estabelecendo novos procedimentos e atribuições para o credenciamento dos Agentes Voluntários de Proteção à Criança e ao Adolescente.

DJE nº 814 de 08 de outubro de 2012

PROVIMENTO CONJUNTO CGJ/CCIN.º 12/2012

Reedita, com alterações, o Provimento n.º 04/2007, para vigor em todo o Estado, revogando o Provimento CCI – 06/2010 e introduzindo capítulo de regras para a lavratura de escritura pública de declaração de convivência de união homoafetiva.

DJE nº 816 de 10 de outubro de 2012

Edital revela deficiências em comarcas

ENTRÂNCIA	ESCRIVÃO	SUBESCRIVÃO	ADMINISTRADOR DE FÓRUM	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	AGENTE DE PROTEÇÃO AO MENOR	ESCREVENTE DE CARTÓRIO JUDICIAL
Inicial	142	655	46	348	699	1.326
Intermediária	-	726	15	1.080	301	1.910
TOTAL GERAL	142	1.381	61	1.428	1.000	3.236

A publicação do Edital de Vacância, na edição do dia 11/10, no Diário da Justiça Eletrônico, revelou os cargos de serventias que se encontram vagos em todo o interior do Estado, com suas respectivas quantidades.

O alto número se deve, principalmente, à grande quantidade de servidores que se aposentaram nos últimos anos. De acordo com o corregedor das Comarcas do Interior, desembargador Antonio Pessoa Cardoso, é necessário que sejam realizados concursos públicos para o provimentos das vagas.

Bahia regulamenta união homoafetiva

Repercutiu em todo o País o Provimento Conjunto nº 12/2012, publicado na edição do último dia 10, no Diário da Justiça Eletrônico, que regulamentou a convivência de união homoafetiva e a habilitação para casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A Bahia é o terceiro estado, depois de São Paulo e Alagoas, a normatizar a questão.

De autoria das Corregedorias Geral da Justiça e das Comarcas do Interior, o texto orienta sobre a lavratura de escritura pública de declaração de convivência, além de reeditar, com alterações, o Provimento nº 4/2007, da Corregedoria Geral de Justiça, que regulamentou a lavratura de escrituras públicas de Inventário de Bens e Partilha, Divórcio Consensual, Separação Consensual e Reconciliação.

Em suas considerações, os corregedores citam, dentre outras normas, a Lei Maria da Penha, as novas determinações do Ministério da Previdência Social e a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a união entre pessoas do mesmo sexo.

Eventos marcam Mês do Servidor

Uma palestra do ex-jogador de basquete, Oscar Schmidt, às 14h da próxima sexta-feira (26/10), encerra a programação do mês do servidor promovida pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

A apresentação, que será realizada no auditório do Tribunal, no Centro Administrativo, será transmitida ao vivo, via satélite, para as comarcas de Alagoinhas, Barreiras, Brumado, Camaçari, Canavieiras, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itapetininga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista.

Antes, ao meio-dia, no Átrio do Tribunal, acontece o lançamento do livro Caravanas II - Outras Histórias, do jornalista Ari Donato. A publicação é um relato das viagens feitas com o Programa SER em 2012 (página 7).

Nosso Contato

Corregedoria das Comarcas do Interior
Sala 314-S 5ª Av. do CAB, nº 560
Salvador/Ba - Brasil - CEP – 41.745-971
Recepção Geral – (71) 3372-5088
E-mail: corregedoria-interior@tjba.jus.br
Site: <http://www5.tjba.jus.br/corregedoria>

Chefia de Gabinete CCI
Secretaria - (71) 3372-5122/5645
Fax - (71) 3372-5557

Publicação Mensal da CCI
Equipe Responsável: Núcleo de Informática e Comunicação das

Boas Práticas- Itajuípe

A redução na quantidade de meros atos administrativos é o desejo de todo magistrado. O ideal é que o julgador tenha à disposição o máximo de tempo para analisar os processos. Foi com esse objetivo que o titular da Vara Criminal da Comarca de Itajuípe, juiz Luiz Sérgio dos Santos Vieira, baixou, em setembro passado, a Portaria nº 13/2012, que “define os atos ordinatórios que devem ser praticados de ofício pelo Cartório Crime, sob a supervisão do Juiz de Direito/Substituto”.

No texto, o magistrado lembra que “muitos processos são conclusos ao juiz para despachos simples, não revestidos de maior complexidade e, assim, diariamente, protelam a prática de atos decisórios pelo magistrado”.

Toda a Portaria trata dos atos ordinatórios, definidos como aqueles que devem ser praticados de ofício pelo Cartório Crime desta comarca, e sob a supervisão do Juiz de Direito, para a efetividade do disposto no art. 93, XIV, da Constituição Federal.

O magistrado destacou os feitos com pedido de medida urgente, a exemplo de prisão, interceptação telefônica e habeas corpus. Nestes casos, os processos serão “conclusos ao juiz imediatamente após o recebimento em cartórios e as decisões neles proferidas terão cumprimento prioritário”.

O juiz também lista outros atos ordinatórios que serão providenciados pelo Cartório, independentemente do despacho do juiz, tais como a abertura de vista do Ministério Público e o desarquivamento do processo e a concessão de vista, pelo prazo de 05 (cinco) dias, ao requerente, e, nada sendo requerido o retorno ao arquivo.

Banco de Mandados de Prisão

A Corregedora Geral de Justiça, desembargadora Ivete Caldas, e o Corregedor das Comarcas do Interior, desembargador Antonio Pessoa Cardoso, alertam os magistrados sobre a aplicação do Provimento Conjunto nº 4/2012, publicado em junho passado.

O Provimento instituiu a obrigatoriedade de registro, no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), dos mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias locais.

De acordo com as Corregedorias, os mandados expedidos anteriormente à entrada em vigor do Provimento e ainda não cumpridos, se vigentes, deverão ser registrados no BNMP pela autoridade judiciária responsável, observados os requisitos e a sistemática prevista, até o dia 19/12/2012.

Os Mandados de Prisão deverão ser preenchidos conforme modelo anexo ao Provimento.

Provimento para agentes voluntários

O Provimento Conjunto nº 11/2012, publicado na edição do dia 8/10 do Diário da Justiça Eletrônico, estabelece novos procedimentos e atribuições para o credenciamento dos Agentes Voluntários de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Em suas considerações, a desembargadora Ivete Caldas e o desembargador Antonio Pessoa Cardoso dexpressaram a “disposição das Corregedorias da Justiça em promover a celeridade dos expedientes sob suas respectivas competências administrativas”.

Visitas especiais na Corregedoria



O desembargador Antonio Pessoa Cardoso recebeu visitas especiais na Corregedoria durante o mês de outubro. A primeira delas foi do arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger, no dia 4. Dom Murilo esteve acompanhado do padre Abel Pinheiro, pároco da Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana, no bairro de Nazaré. Os religiosos desejaram ao desembargador uma boa condução dos trabalhos à frente da corregedoria. Também estiveram no gabinete o secretário de Administração do Estado da Bahia, Manoel Vitorio e o procurador Geral do Estado, Rui Moraes Cruz. Ambos felicitaram o desembargador pelas ações desenvolvidas à frente da Corregedoria.

ASJUC reduz acervo de processos

Com prioridade para analisar processos administrativos - que aguardam emissão de parecer – com data anterior ao início da atual gestão, a Assessoria Jurídica da Corregedoria das Comarcas do Interior está conseguindo reduzir o acervo.

Para alcançar o objetivo, a assessoria traça como meta despachar uma quantidade maior de feitos do que a que normalmente dão entrada no setor. E tem obtido êxito. Em agosto, quando contabilizava 875 processos, o setor recebeu 425 feitos e analisou 497.

O mesmo aconteceu em setembro. Já com 803 processos, recebeu 383 e emitiu pareceres em 452, restando 734 para análise.

Corregedor ministra palestra na AMCHAM

O desembargador Antonio Pessoa Cardoso ministrou palestra para os associados da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, a AMCHAM (sigla em inglês para American Chamber of Commerce for Brazil). Convidado para uma apresentação especial, o magistrado falou, no dia 4 de outubro, para empresários sobre Prevenção de Litígios e Contenção de Demandas Judiciais. A Amcham, que promove serviços para o meio empresarial, está presente em onze cidades do País: São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Uberlândia, Brasília, Goiânia, Recife e Salvador.

Audiências públicas tratam sobre falta de equipamentos e déficit de pessoal

Acompanhado do juiz auxiliar Paulo César Bandeira de Melo Jorge, o desembargador Antonio Pessoa Cardoso visitou as comarcas de Simões Filho, Santo Amaro da Purificação, São Sebastião do Passé, Catu, Alagoinhas, Irará, Coração de Maria e Conceição do Jacuípe, nos dias 27 de setembro e 15 e 16 de outubro.

As visitas de setembro começaram com uma audiência pública realizada em Simões Filho, onde foram revelados problemas tanto de ordem estrutural como processual. Faltam computadores para os oficiais de justiça, scanner e ponto de internet no cartório de registro civil. Também foi apontado o déficit de funcionários, além de outras questões que atrapalham o bom funcionamento da Justiça.

Santo Amaro também foi palco de audiência pública. Havia queixas quanto à falta de atendimento ao público e aos advogados, que não acontece às sextas-feiras no cartório cível. Também foram exemplificadas diversas situações irregulares, como falta de agentes de proteção de menores no distrito de Saubara, a gravidade das drogas na comunidade, afetando, principalmente, crianças e adolescentes, número reduzido de servidores e a demora no atendimento.

Em outubro, as visitas prosseguiram nos dias 15 e 16. A correição em São Sebastião do Passé abriu os trabalhos da Corregedoria. Lá, os servidores costumam ler o Boletim, o que facilita a resolução de alguns problemas, como a falta de juntada de documentos em processos administrativos.

Como a Comarca possui cerca de 4,8 mil processos, houve recomendação de delegação de serviço e não centralização, como por exemplo, processos que podem ser dado andamento pelo escrivão, não podem ficar à espera de um despacho do Juiz. Recomendou-se também que a celebração de casamento pode ser feita pelo Juiz de Paz.

Os servidores, por sua vez, reivindicaram pagamento de substituições, indenização de transportes de oficiais de justiça - cujo valor está congelado há mais de cinco anos - e que seja

liberado passe livre, no pedágio, para os oficiais.

Em Catu, desembargador e juiz auxiliar não identificaram maiores problemas, com boa prestação jurisdicional.

Na comarca vizinha de Alagoinhas os problemas apontados foram muitos. Além de apontar o déficit de servidores, os magistrados pediram a designação de um magistrado para o Juizado, a criação de mais uma Vara Crime, a reforma do Fórum, a restauração dos livros dos Cartórios, conserto da parte elétrica do prédio e a presença do Grupo de Saneamento para auxiliar nas atividades.

Em Irará, além dos magistrados, estiveram presentes na reunião o prefeito do município, servidores, advogados, policiais militares, integrantes da sociedade civil de Irará e regiões. Os servidores solicitam o fornecimento de material permanente, como mesas e cadeiras, computadores, aumento do auxílio transporte para os oficiais de justiça e pagamento de substituição.

Veículo para o cumprimento dos mandados na zona rural; auxílio transporte para os oficiais de justiça, bem como liberação do pagamento do pedágio; pagamento de substituição; carteiras de identificação dos agentes de proteção; computador, impressora e papel; criação de um banco de sentenças e mandados; necessidade de restauração dos livros dos Cartórios e por último, mais segurança para o fórum, foram as reivindicações em Coração de Maria.

A Corregedoria também verificou que o Município não possui Conselho Tutelar. São os agentes voluntários que são utilizados para realizar as atividades, elogiados por todos na comunidade. A última comarca visitada foi Conceição do Jacuípe, onde o desembargador, depois de elogiar a postura do magistrado e dos servidores, afirmou que todo o empenho está sendo feito para a majoração da verba de indenização de transporte dos oficiais de justiça, a liberação do pedágio para o cumprimento de mandados e que o pagamento das substituições está em fase de busca de soluções.



Santo Amaro



Simões Filho



São Sebastião do Passé



Catu

**Alagoinhas****Irapá****Coração de Maria****Conceição do Jacuípe**

2ª Região

Segurança e mais servidores, as principais reivindicações no Recôncavo

A segurança é uma das principais preocupações de magistrados e servidores nas comarcas de Mata de São João, Candeias e São Francisco do Conde, na região do Recôncavo. A constatação foi feita durante a visita do desembargador Antonio Pessoa Cardoso e do juiz auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior, José Carlos Rodrigues do Nascimento, no dia 12 de outubro.

Em Mata de São João, os servidores reivindicaram melhorias na comarca, como as instalações de ponto de frequência com leitura biométrica e de uma linha telefônica no Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais com Funções Notariais do distrito de Açu da Torre que funciona em Praia do Forte, além da remessa para o cartório de uma máquina para imprimir as certidões de nascimento em papel moeda e a encadernação dos livros do cartório.

Já em Candeias, após verificarem que os cartórios judiciais e extrajudiciais estão organizados, o corregedor e o juiz auxiliar ouviu das promotoras de Justiça, da defensora pública, do representante da Ordem dos Advogados que é necessária a realização de concurso público para servidores, diante do grande volume de trabalho na comarca.

A ampliação do fórum, a aquisição de câmeras de vigilância, a designação de um juiz de Direito para auxiliar na vara Cível, a realização de concurso público e a nomeação de mais serventuários para a comarca foram algumas das solicitações de servidores na comarca de São Francisco do Conde.

Diante do exposto, a Corregedoria das Comarcas do Interior irá encaminhar ofícios à Presidência do Tribunal de Justiça, juntamente com cópia das atas das reuniões, solicitando providências, bem como enviar ofícios à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça também solicitando a adoção de medidas pertinentes.

**São Francisco do Conde****Candeias****Mata de São João**

Juíza participa de Encontro sobre Infância e Juventude no Espírito Santo

Com uma palestra sobre o papel do Poder Judiciário na garantia dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, a juíza auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior, Patrícia Cerqueira, encerrou, na última sexta-feira (19), a participação no 4º Encontro Nacional de Magistrados da Infância e da Juventude, realizado em Vitória, no Espírito Santo.

A magistrada deu especial atenção aos desafios da atuação do Juiz da Infância na contemporaneidade brasileira. “Discutir adoção implica o destino de milhares de crianças e adolescentes institucionalizados no país. É importante promover debates relacionados às questões da infância e da juventude porque embora tenham tratamento prioritário na legislação, ainda não recebem na prática a prioridade que deveriam”, afirmou ela ao site da Associação dos Magistrados Brasileiros, AMB.



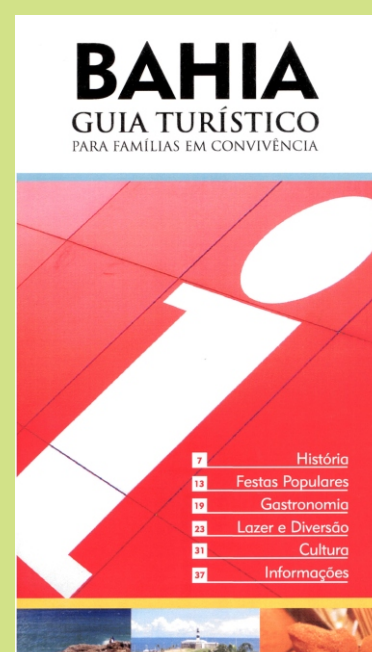
A juíza esteve acompanhada da servidora Simone de Castro, secretária executiva da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/BA), órgão que é a autoridade estadual em matéria de adoção internacional. Gleide Carrera, assessora técnico-jurídica da comissão, também esteve presente.

As servidoras apresentaram o Programa PAI, um conjunto de ações realizadas pela CEJA/BA, relativas à preparação da criança para adoção internacional, que tem início com um trabalho psicológico dentro das instituições de acolhimento, cujo objetivo é amenizar a ansiedade, a expectativa da criança em viver em outro país.

“É sempre bom salientar que a criança disponibilizada para a adoção internacional já passou pelo Cadastro nacional de Adoção (CNA) e não foi acolhida por habilitados brasileiros, que têm a prioridade”, afirma Simone.

Lançamento de Guia Turístico

Ainda durante o evento, as representantes da CEJA fizeram o lançamento do Guia Turístico para famílias em convivência. A ideia é que os adotantes conhecem um pouco da cultura da capital baiana e, conseqüentemente, conheçam o futuro adotado. O documento tem o “objetivo de utilizar o turismo como ferramenta de inclusão da família em convívio, auxiliando-a em suas incursões por Salvador, onde acontece a maioria das adoções internacionais realizadas na Bahia”, diz um trecho do guia.



O guia é dividido em seis capítulos e traz informações do Centro Histórico, festas populares, gastronomia, lazer e diversão – com as principais praias, parques e pontos turísticos - cultura e informações essenciais a exemplo dos endereços e telefones de shopping, e endereços de sites com a programação cultural e eventos destinados à crianças.

Família se reúne em Salvador para finalizar adoção internacional



Foto Nei Pinto

O casal formado pela brasileira Isabella Canha e o alemão Peter Karspen, residente em Stuttgart, na Alemanha, já está em Salvador para o estágio de convivência com duas crianças que

pretendem adotar. O garoto M.B.S., de 6 anos, e a irmã dele A.E.B, de 4 anos, estão convivendo em um apartamento alugado pelos futuros pais adotivos, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Durante os 30 dias, período estabelecido pela lei, será marcada uma audiência na 1ª Vara da Infância e Juventude de Salvador. Caso tudo esteja correto, com a adaptação de ambas as partes, será prolatada a sentença de adoção.

Os primeiros contatos entre os interessados na adoção e as crianças que moravam em uma instituição de acolhimento foram realizados no início de outubro, por meio de um programa áudio-visual via internet, o Skype, realizado na sala da CEJA, no prédio do Tribunal de Justiça, no Centro Administrativo da Bahia.

Inaugurada a 2ª Vara Criminal de Valença



Foi realizada no dia 24 de setembro do corrente ano, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Valença, a instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca aludida, tendo a participação do juiz auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior, Abelardo Paulo da Matta Neto, como também estavam presentes à solenidade o desembargador Nilson Soares Castelo Branco, representando o Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia; o desembargador Sinésio Cabral, a juíza Ádida Alves dos Santos; a juíza Alzeni Conceição Barreto Alves, a juíza Nartir Dantas Weber, presidente da Associação dos Magistrados da Bahia; o procurador do Ministério Público, Rômulo Almeida, além de defensores públicos, advogados, servidores e jurisdicionados. O Juiz Corregedor Abelardo Matta, responsável pelas comarcas da 4ª Região, informou que a juíza Ádida Alves dos Santos, optou pela titularidade da 1ª Vara Criminal, com atuação nos feitos de Execuções Penais, Crimes Comuns (com compensação) e Privativa do Júri, sendo designada para laborar como juíza substituta na unidade instalada até a abertura do respectivo edital.

Faz-se necessário salientar que a instalação da respectiva Vara em Valença faz parte da continuidade do processo iniciado com a abertura de unidades judiciais em Lauro de Freitas e Salvador em atendimento à Resolução do Tribunal Pleno, que prevê ainda a instalação de varas criminais nas Comarcas de Juazeiro, Teixeira de Freitas, Paulo Afonso e Simões Filho, bem como Eunápolis, recentemente instalada.

A prestação dos serviços jurisdicionais se completará depois da realização do concurso e nomeação dos juízes de direito, pois sempre ficará uma vara, a criminal ou a de execuções, sem o titular.

Indispensável também a realização imediata de concurso para servidores, vez que as comarcas do interior, em todos os cartórios sentem a escassez de material humano.

Secretaria

Aviso recomenda uso de leitores biométricos

Proporcionar segurança e garantir a integridade e a plena eficácia jurídica dos atos praticados no âmbito dos Tabelionatos de Notas é o objetivo do Aviso Conjunto nº 4/2012, publicado no final do mês de setembro. No texto, as Corregedorias Geral de Justiça e das Comarcas do Interior recomendam aos titulares dos serviços notariais do Estado a utilização de leitores biométricos, para aferição de autenticidade de documentos submetidos à apreciação. Também informam a implementação dos leitores nas unidades que ainda permanecem sob o controle e a administração do Poder Judiciário.

Eunápolis também é contemplada

O Juiz Abelardo Paulo da Matta Neto, Juiz Corregedor, esteve presente na instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Eunápolis, comarca localizada no extremo sul do Estado.

A instalação da unidade judiciária foi presidida pelo Juiz José Otaviano Andrade de Souza Sobrinho, que permaneceu como titular da 1ª vara criminal, tendo ainda a presença dos magistrados, Dr. Henrique César de Paiva Laraia, juiz da Comarca de Itagimirim, Dr. Roberto Costa de Freitas Júnior, juiz da 1ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais e Wilson Nunes da Silva Júnior, juiz da 2ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais, bem como se fizeram presentes à solenidade, promotores de justiça, advogados, presidentes da OAB – Seccional de Eunápolis e Porto Seguro, representantes da Polícias Civil, Militar e Federal, servidores do Poder Judiciário e jurisdicionados.



Devido a importância da instalação e de todos os benefícios que advirão por conta do implemento desta unidade, houve grande receptividade por parte de toda a comunidade eunapolitana, presente de forma marcante no Salão do Júri do Fórum local.



O Juiz Corregedor, na qualidade de membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Estabelecimentos Prisionais (GMF), preocupado com a superlotação no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas e diante da inauguração do Conjunto Penal de Eunápolis, envidou esforços junto à Presidência do Tribunal de Justiça para a instalação da 2ª Vara Crime da referida Comarca, com o intuito ter uma efetiva prestação jurisdicional, como sinônimo de tempestividade, adequação e capacidade de atingir seus objetivos reais, bem como em atenção ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

CNJ faz recomendação aos tabeliães

As Corregedorias Geral da Justiça e das Comarcas do Interior publicaram, na edição Do dia 23/10 do Diário da Justiça Eletrônico, em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça, a Recomendação nº 3/2012, que dispõe sobre a cientificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a CNDT.

De acordo com a Portaria Conjunta nº 6/2012, que traz a Recomendação, o disposto deve ser imediatamente colocado em prática pelos Tabeliães de Notas do Estado da Bahia.

Juiz participa de Encontro da Comissão de Tecnologia em Florianópolis

O juiz auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior, Ícaro Almeida Matos, participou, nos dias 18 e 19 de outubro, em Vitória, no Espírito Santo, do II Encontro da Comissão de Tecnologia, promovido pelo Colégio dos Corregedores Gerais do Tribunais de Justiça.

O magistrado integra uma equipe responsável pela chamada Tarefa IV, que vai avaliar qual o melhor sistema a ser adotado no âmbito Nacional.

Na oportunidade, foram divulgadas as respostas das Corregedorias ao formulário eletrônico disponibilizado junto ao sítio da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (CGJ-SC). Responderam ao questionário 25 Estados.

Todos exibiram informações de comportamento técnico dos sistemas, ou seja, se o software pode ser cedido, atende a processos físicos e/ou digitais, integra o 1º grau ao 2º grau, possui desenvolvimento e suporte próprio ou terceirizado.

A apresentação foi finalizada com a indicação dos números de processos em andamento, varas atendidas, usuários, custo de

desenvolvimento, equipe de desenvolvimento, custo do suporte e equipe de suporte existente para cada Estado. Os participantes do encontro manifestaram sua opinião em relação ao software que possuem, bem como se possui interesse em

adotar outro sistema e sua experiência com o PJ-e, além de outros detalhes acerca dos Estados pelos quais ficou responsável. Exposta todas as opiniões e informações sobre cada sistema, os membros do encontro discutiram sobre qual software atual melhor atenderia à Justiça Estadual como um todo, concluindo que, antes de tudo, deve ser respeitada e preservada a

independência e autonomia de escolha de cada Tribunal em relação a Tecnologia de Informação.

Houve consenso de que o sistema PROJUDI do Paraná é o que melhor atende à Justiça Estadual por apresentar grande sucesso, por ser um sistema estável, com distribuição de mais de 1 milhão e duzentos mil processos, bem como porque pode ser cedido (já o foi para o Estado do Amazonas).

A apresentação final dos trabalhos será feita no 61º Encontro dos Corregedores (ENCOGE) que acontecerá em Canela-RS nos dias 08, 09 e 10 de novembro.



Gabinete

Corregedor recebe Prefeito de Lajedinho



O Sr. Antonio Mario Lima, Prefeito da cidade de Lajedinho, distrito judiciário da Comarca de Rui Barbosa, compareceu à Corregedoria para solicitar providências da inusitada situação do município. A Resolução n. 30/2008, do Tribunal de Justiça da Bahia, determinou a transferência dos livros do Cartório para a sede da Comarca; os distritos judiciários ficaram sem servidor e sem os serviços cartoriais. Em Lajedinho, distante 70 quilômetros de Rui Barbosa, a situação é dramática, pois o registro do nascimento, do falecimento e do casamento depende do deslocamento do interessado para a sede da Comarca e isso ocorre mercê do despreendimento do Prefeito que se vê obrigado a fretar ônibus e levar o jurisdicionado até a sede da Comarca, onde se faz o ato registral. Junto com a despesa de transporte, o município tem gasto com alimentação, além de um funcionário para acompanhar os necessitados. A Corregedoria prometeu imediatas providências, mandando que o juiz titular cumpra o disposto no art. 2º da Resolução, designando servidor para atendimento ao público no distrito ao menos uma vez por semana. A Corregedoria ainda vai solicitar ao Pleno a revogação da referida Resolução.

Juiz de Paz amplia serviços da Justiça

Com mandato de quatro anos e competência para celebrar e verificar processo de habilitação de casamentos e exercer atribuições conciliatórias, o Juiz de Paz já é uma realidade na Bahia. O Provimento nº 10/2012, republicado corretivamente em 24 de setembro, estabelece a atuação do agente no âmbito das comarcas do interior.

O juiz de Paz será eleito pelo voto direto, universal e secreto e terá, também, a atribuição de encaminhar à apreciação das autoridades competentes as questões administrativas, de interesse da comunidade, trazidas ao seu conhecimento, além de orientar as partes quanto à solução de questões afetadas ao Poder Judiciário.

Para haver a designação, é necessário o preenchimento de requisitos tais como ter nacionalidade brasileira e pleno exercício dos direitos políticos; maioria civil e escolaridade equivalente ao Ensino Médio; domicílio eleitoral no Município no qual existir a vaga e residência na sede do Distrito para o qual concorrer; e não filiação a partido político nem exercício de atividade político-partidária.

O sorriso que transforma o mundo

Apesar de o funcionário público ser festejado no dia 28, o Tribunal preparou uma série de atividades durante todo o mês de outubro. As homenagens ao servidor foram iniciadas no dia 1º com o lançamento da campanha “O sorriso que transforma o mundo”.

Na oportunidade, Carlos Hilsdorf, especialista em comportamento humano com apresentações internacionais, proferiu a palestra “Construindo a Melhor Versão do Futuro”.

Várias peças teatrais foram contratadas para exposições especiais aos servidores, com destaque para A Bofetada, 1,99 e Los Catedráticos, além das peças infantis Leiturinha e Alvorocinho.

Todos se divertiram muito, também, com uma novidade: a Máquina do Sorriso, um equipamento digital sensível ao toque, que registrou sorrisos e gestos dos servidores, posteriormente compartilhados nas redes sociais.



Desembargador Antonio Pessoa Cardoso

Corregedor das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça da Bahia

Gerenciamento do Processo

O serviço público em todos os setores do Executivo, Legislativo e Judiciário, presta-se para oferecer ao cidadão bons serviços, constituindo o interesse coletivo em prioridade absoluta.

Importa-nos analisar o gerenciamento do processo, no sistema judicial, no qual a queixa do jurisdicionado é bastante acentuada, principalmente pela extrema morosidade da prestação jurisdicional. Não há polêmica sobre essa afirmativa, todavia vale esclarecer suas principais causas, originadas de variadas motivações no âmbito interno e também no externo, alheio ao comando do Judiciário.

O controle e acompanhamento do processo não se guiam pela gestão do magistrado, mas entregues à chefia do próprio Cartório; o procedimento deveria ser idêntico ao que se pratica na empresa privada, porque a movimentação do processo guarda semelhança com a compra e venda de um produto no mundo empresarial. A diferença reside somente no tipo de bem adquirido, pois enquanto no Judiciário busca-se somente a prestação de algum serviço, tal como uma sentença, uma certidão, na área empresarial quer-se um patrimônio, na mais elástica interpretação que se possa oferecer a esse termo.

Os entraves para a efetiva entrega do direito requerido no Judiciário são significativos e o maior deles está localizado na infernal burocracia dos Cartórios judiciais, responsáveis por 80% dos atrasos na tramitação dos processos, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Esse estudo feito no ano de 2006, na Justiça paulista, mostrou também que os autos permanecem em Cartório pelo período de até 95% do tempo total de processamento, excluído quando está no gabinete do juiz ou com vistas para os advogados e Ministério Público. Constatou-se ainda que as causas dessa paralisação situam-se na falta de equipamentos, de informatização e treinamento dos servidores além da inexistência de gerenciamento dos cartórios. Com todos esses fatores, chegou-se à conclusão de que “o Tribunal só anda por causa do servidor”, mesmo tendo sobrecarga de trabalho, ausência de estrutura e nenhum incentivo para desenvolvimento da atividade.

A modernização do Judiciário inicia-se pela prioridade na gestão de pessoas, responsável pela boa prestação de serviços; essa ação importa fundamentalmente na integração do magistrado com o Cartório. A operação não se mostra fácil, porque envolve presença diuturna do magistrado, administração de contrariedades, de interesses variados, de exigências de procedimentos, de aferição de competências, de equilíbrio na resolução dos conflitos internos.

O serviço cartorário mostra-se de extrema complexidade, porquanto há uma grande variedade de profissionais, de

conhecimentos, de idades, de remuneração, e de perfis. São servidores concursados, estagiários, cedidos pelos municípios, emprestados e voluntários. A ação do gestor passa pela busca de comprometimento de todos que integram o grupo de trabalho e isso só será obtido se o entrosamento incluir discussões, críticas e sugestões para o desenvolvimento da ação, fixando metas e possibilitando a luta de todos, porque artífices do caminho traçado.

Equivocado o entendimento de que a obrigação do julgador resume-se em despachar, realizar audiências e julgar. Na verdade, não é assim, pois o magistrado tem o dever de gerenciar os Cartórios, reunindo com os servidores para ouvir, discutir, orientar, fiscalizar e traçar metas. Esses encontros prestam-se também para apuração, correção e implementação de novas ações e isso motiva os servidores para maior comprometimento com o trabalho, porque convocados e satisfeitos com a participação na elaboração das metas traçadas.

Afinal, a Loman, art. 35, VII, impõe ao juiz o dever de “assídua fiscalização sobre os subordinados...”.

Mas há de se conscientizar de que o magistrado não exerce a liderança através de ameaças, incutindo o medo ao invés da fiscalização e orientação; da opressão e punição, sem compreensão e dialogo constante; muito pelo contrário, o gerenciamento dos Cartórios presume aproximação, cortesia e entrosamento com aqueles que são os maiores responsáveis pelo trabalho do julgador e pela boa ou má movimentação da máquina judiciária.

As estatísticas mostram que em 2003, cada magistrado tinha sob sua gestão em torno de 3.400 processos; em 2008, esse número pulou para 5.300, mas é comum o Cartório contar com mais de 10.000 processos sob o comando de um só juiz.

O juiz, que já não tem maiores conhecimentos sobre gestão, não exerce vigilância sobre os Cartórios e secretarias, não toma conhecimento de suas necessidades, quando teria utilidade motivacional se visitasse e compartilhasse com os servidores sobre o trabalho a ser desenvolvido. Por outro lado, os servidores não têm perspectiva de subir na carreira, pois fazem o concurso para este ou aquele cargo e, em alguns estados, não dispõem de condições legais para serem promovidos. Além disso, é comum deparar-se com situações inusitadas nas quais os servidores usam seus próprios salários para adquirir materiais de consumo para o trabalho ou disponibilizam recursos próprios para fazer diligências, juntamente com a dedicação de tempo muito mais que a lei exige aos cartórios, comprometendo sua saúde e o lazer da família.



Des. Antonio Pessoa Cardoso.
Corregedor das Comarcas do Interior.